No dia 04 de Novembro de 2019, realizou-se a Reunião Extraordinária 486º do Conselho Estadual de Saúde (CESAU), das 08h30 às 17h00, no Auditório do Hotel Plaza Praia 2 Suites, situado na Rua Barão de Aracati, 94, Praia de Iracema – Fortaleza – CE. A reunião 3 4 contou com a presença dos Conselheiros: Marcos Antônio Gadelha Maia e Magda Moura de Almeida (Representantes da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA); 5 Maria da Paz Andrade Monteiro (Representante do Ministério da Saúde – MS); José Nilton 6 7 Macedo Filho (Representante da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará); Pedro 8 Neudo Brito (Representante da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE); Sônia Maria Araújo Gonçalves (Representante da Secretaria de Educação do Estado do 9 Ceará - SEDUC/CE); Jimilly Mendonça Maciel (Representante das Misericórdias e 10 Entidades Filantrópicas do Ceará - FEMICE);Roberto Ribeiro Maranhão (Representante 11 das Entidades Estaduais de Representação dos Médicos); Pedro Alves de Araújo Filho e 12 Benício Paiva Mesquita (Representantes das Entidades Estaduais dos Odontólogos); 13 14 Geusa Maria Dantas Lélis (Representante das Entidades Estaduais dos Enfermeiros); Gerlene Castelo Branco Coelho, Arismênia Maria Lima Góis e Rosana Iório Ferreira 15 (Representantes das Entidades Estaduais de Outros Profissionais de Saúde de Nível 16 Superior); Nara Cristina Batista Teixeira e Francisca Lourenço de Sousa (Representantes 17 das Entidades Estaduais de Representação dos Profissionais de Saúde de Nível Médio); 18 19 José Teles dos Santos (Representante do Sindicato dos Técnicos de Segurança do 20 Trabalho); Marjory Romão de Sousa Oliveira (Representante dos Agentes Comunitários de 21 Saúde do Estado do Ceará); Asevedo Quirino de Sousa (Representante dos Agentes de 22 Endemias); José Araújo Júnior (Representante de Profissionais de Nível Médio do Estado 23 do Ceará - FETRANCE/SINPAOCE); Francisco de Assis Almeida de Albuquerque ( Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT e Central dos Trabalhadores e 24 Trabalhadoras do Brasil – CTB); Davyane Farias Correia (Representante da Federação de 25 26 Entidades de Bairros e Favelas - FBFF e Central de Movimentos Populares - CMP); Manuel Elias de Barro ( Representante da Rede de Catadores e Federação das 27 28 Organizações Comunitárias e Pequenos Produtores do Ceará – FECOMP); Kílvia Maria 29 Lima de Oliveira Teixeira (Representante das Comunidades Indígenas do Estado do Ceará); José Cardoso Mendes ( Representante da Federação dos Trabalhadores 30 Empregados e Empregadas do Comércio e Serviço do Estado do Ceará - FETRACE); 31 32 Benedito Ricardo da Silva (Representante dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE); Daniele Pimentel de Oliveira (Representante da Ordem dos 33 Advogados do Brasil - OAB); Francisca Josilene Fernandes dos Santos e Meireane 34 Cristina Castro da Costa (Representantes da Pastoral da Criança); Agnel Conde Neto 35 36 ( Representante das Entidades de Portadores de Patologia); Paulo Sérgio Dias (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários do 37 Município de Grande Porte - Fortaleza); Conceição de Maria Mendes de Andrade 38 ( Representante dos Órgãos da Defesa da Mulher); Francisco Jacinto Araújo da Silva e 39 40 Maria Irene Filha de Sousa (Representantes de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários na Área Metropolitana de Fortaleza: Caucaia e/ou Maracanaú); 41 Edilson de Sousa Machado (Representante de Conselheiros Municipais de Saúde, do 42 Segmento de Usuários dos Municípios da Região Norte do Estado do Ceará) e Lucinea 43 44 Oliveira Pires de Freitas (Representante das Associações Beneficentes de Idosos e 45 Aposentados do Estado do Ceará). Não justificaram ausência: Ministério da Educação e Cultura - MEC - Hospital Universitário Walter Cantídio, Representantes do Conselho 46 estadual de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS, Representantes das Instituições 47 Privadas de Saúde do Estado do Ceará - AHECE e SINDESECE, Representantes da 48 49 Federação dos Trabalhadores na Indústria do Ceará - FTIEC, Representantes das Entidades de Pessoas com Deficiência, Representante de Conselheiros Municipais de 50

51 Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Grande Porte da Região Sul do Estado do Ceará, Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de 52 53 Usuários dos Municípios de Médio Porte do Estado do Ceará e Representante de Conselheiros Municipais de Saúde do Segmento de Usuários dos Municípios de Pequeno 54 Porte do Estado do Ceará. Participaram da Reunião, os Assessores Técnicos do 55 CESAU: Francisco Gilson Rocha Lima, Joana D'Arc Taveira dos Santos Teixeira, José 56 57 Hibiss Farias Ribeiro, Lucivaldo Farias Maciel, Manoel Rodrigues e Silva Costa, Maria do Socorro Cardoso Nogueira Moreira, Maria Valbenia Almeida, Hariadina Salveano de 58 Sousa, Francisco Nathanyel Lima Rebouças e Maria Ozeniva de Melo Rodrigues. Apoio: 59 Álvaro Mariane Neto, Ana Cristina Tabosa, Ozenir Honório da Silva, Francisco Rodrigues 60 Soares Filho e Luis Lucio de Sousa Neto. Estagiários: Francisco Edson Farias Lima. A 61 Pauta constou com os seguintes pontos: PROGRAMAÇÃO: 08h30 às 12h -62 Organograma da SESA – Atribuições e Competências ( Nágila - ADINS); 12h – Almoço; 63 13h às 17h – Organograma da SESA – Atribuições e Competências ( Nágila – ADINS); 64 17h – Encerramento. O Presidente Pedro Alves de Araújo Filho saudou a todos e iniciou 65 a reunião com os informes. Informou que a reunião ordinária do CESAU será dia 18 e 19 66 de novembro de 2019 no auditório Waldir Arcoverde. Solicitou aos Coordenadores das 67 Câmaras Técnicas e Comissões que fizessem a análise das ações de cada câmara e 68 comissão e fizesse o planejamento para os próximos 4 (quatro anos) para o mês de 69 70 dezembro. Falou sobre as pendências na criação das câmaras técnicas de monitoramento e pessoa com deficiência, e que os conselheiros que tivessem interesse buscassem 71 viabilizar e colaborar com a criação. A Conselheira Maria Irene Filha de Sousa falou que 72 a questão dos transportes está se tornando algo complicado para o CESAU, relatou sobre 73 a dificuldade do transporte no curso de comunicação realizado no município de Caucaia. 74 Falou também da dificuldade de transporte para a reunião do FECOP. Solicitou carros para 75 76 as atividades do CESAU, e perguntou se a comunicação junto ao secretário foi feita para viabilizar o transporte, visto que na última reunião o Dr. Marcos Gadelha solicitou que 77 mandasse o ofício para que o mesmo viabilizasse os carros do CESAU. O Presidente 78 79 Pedro Alves de Araújo Filho esclareceu que o ofício foi encaminhando, e que até o momento não recebeu nenhum retorno dos carros, inclusive na sexta-feira teve uma 80 reunião com o Secretário Dr. Cláudio, e que o mesmo informou que estava resolvendo mas 81 82 não oficializou nada. A Conselheira Maria Irene Filha de Sousa solicitou que constasse em ATA a retirada oficial do seu nome da Comissão de Eleição. O Conselheiro José 83 Teles dos Santos falou que os motorista estão muito apreensivos, e que já se falou até 84 85 em polícia dentro da secretaria da saúde. Falou ainda que se o problema são os servidores, que fosse feito sindicância, pois determinadas atitudes podem configurar 86 assédio. Falou sobre o Fórum de Saúde Prisional que será realizado pelas Câmaras 87 88 Técnicas de CANOAS e CISTT. O Conselheiro Agnel Conde Neto complementou a fala da conselheira Maria Irene Filha de Sousa informando que sobre a problemática dos 89 carros do CESAU, o secretário está passando por cima de leis. O Presidente Pedro Alves 90 de Araújo Filho informou que a pauta da referida reunião será o debate sobre as 91 atribuições e competências do Organograma da SESA. Falou que sobre a inscrição da 92 93 Plenária de Conselheiros, será colocado no grupo com as devidas informações para os conselheiros estaduais. A Dra Nájla Clécia Mota Cavalcante Scaccabarozzi iniciou a 94 95 apresentação e leitura em tela do documento das competências e atribuições. Informou ainda que o referido documento ainda não está finalizado, prosseguindo com a 96 97 apresentação e correções conforme debates e sugestões do pleno. Documento em anexo. 98

#### Das Atribuições e Competências

101 Do Conselho Estadual de Saúde do Ceará –Cesau

- 103 Art.16. São atribuições e competências do Conselho Estadual de Saúde do Ceará Cesau:
- 104 I. Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de
- 105 forma permanente na defesa dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde SUS;
- 106 II. Atuar na formulação, acompanhamento e monitoramento da execução da Política Estadual
- 107 de Saúde, incluindo seus aspectos econômicos, financeiros e de gerência técnica
- 108 administrativa;
- 109 III. Propor diretrizes para a execução da Política Estadual de Saúde aos setores público,
- privado, privado filantrópico, contratados e/ou conveniados que integram o Sistema Único de
- 111 Saúde (SUS):
- 112 IV. Fomentar e atuar na formulação, acompanhamento e avaliação das diretrizes e estratégias
- 113 da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde;
- 114 V. Propor, promover e apoiar a educação permanente para o controle social, de acordo com as
- 115 Diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente para qualificar a atuação dos
- conselheiros, na formulação de estratégias e assegurar efetivo controle social da execução da
- 117 política de saúde;
- 118 VI. Deliberar sobre as diretrizes para o estabelecimento de prioridades para as ações e
- 119 serviços públicos de saúde pelo gestor estadual;
- 120 VII. Avaliar a gestão do SUS quadrimestralmente e emitir parecer conclusivo sobre o
- 121 cumprimento dos dispositivos da LC 141/2012 quando da apreciação das contas anuais
- 122 encaminhadas pelo gestor estadual;
- 123 VIII. Apreciar os indicadores propostos pelo gestor de saúde para a avaliação da qualidade das
- 124 ações e serviços públicos de saúde e a implementação de processos de educação e na
- transferência de tecnologia visando a operacionalização do sistema eletrônico de que trata o
- 126 art. 39 da LC 141/2012;
- 127 IX. Atuar na formulação das diretrizes e estratégias de elaboração, acompanhamento,
- monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Saúde, programas e projetos, adequando-os
- 129 às diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
- 130 X. Possibilitar o amplo conhecimento do Sistema Único de Saúde SUS à população e às
- 131 instituições públicas e entidades privadas e, estimular a participação social no controle da
- 132 administração do Sistema Único de Saúde;
- 133 XI. Atuar na elaboração de critérios e medidas para o aperfeiçoamento da organização e
- 134 funcionamento do Sistema Único de Saúde SUS Ceará, com base nas diretrizes de
- reorganização da atenção e dos serviços do SUS-CE, objetivando o acesso à população;
- 136 XI. Apreciar, aprovar e acompanhar a proposta orçamentária financeira da Secretaria da Saúde
- do Estado e de suas unidades financeiras e fiscalizar a sua aplicação;
- 138 XIII. Atuar na elaboração de critérios para a programação e a execução financeira-
- orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, e acompanhar a movimentação e destinação dos
- 140 recursos;
- 141 XIV. Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades
- 142 estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme o art. 195, § 2º da Constituição
- 143 Federal, observando o princípio de planejamento e orçamento ascendente conforme o art. 36
- 144 da Lei 8.080/90): Revisar conforme fluxo estabelecido na Lei nº 141/2012:
- 145 XV. Controlar a execução financeira dos recursos destinados ao Conselho Estadual de Saúde

- 146 do Ceará, bem como a aprovação do Plano de Aplicação da unidade orçamentária Cesau;
- 147 XVI. Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar, quadrimestralmente, o plano de aplicação e
- 148 prestação de contas, bem como, supervisionar e acompanhar a movimentação do Fundo
- 149 Estadual de Saúde FUNDES.
- 150 XVII. Criar, comissões intersetoriais, integrantes e subordinadas ao Conselho Estadual de
- 151 Saúde do Ceará, composta por órgãos da gestão estadual de saúde, órgãos competentes e
- por entidades representativas da sociedade civil; (Lei 8.080/90 art.12);
- 153 XVIII. Monitorar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde;
- 154 XIX. Estabelecer critérios para a realização de Conferências de Saúde, a nível estadual,
- 155 assegurar e propor junto ao poder Executivo a realização das Conferências Estaduais de
- 156 Saúde;
- 157 XX. Propor, aprovar, organizar e normatizar o funcionamento das Conferências Estaduais de
- 158 Saúde, realizadas ordinariamente a cada 4 anos ou extraordinariamente quando convocadas
- 159 na forma da lei (Lei 8.142/90);
- 160 XXI. Promover a articulação com os poderes constituídos e outros setores relevantes da
- sociedade não representados no Conselho Estadual de Saúde do Ceará;
- 162 XXII. Articular com outros conselhos setoriais na busca de cooperação e estabelecer
- estratégias comuns no fortalecimento do Controle Social e do SUS;
- 164 XXIII. Deliberar sobre a necessidade social de novos cursos de graduação e pós-graduação na
- 165 área da saúde e cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores;
- 166 XXIV. Propor e acompanhar critérios que definam os padrões de qualidade no processo de
- desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área da saúde, visando observação
- de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio cultural do Estado;
- 169 XXV. Estabelecer diretrizes e critérios quanto à localização, credenciamento e ao tipo de
- 170 unidade prestadora de serviços de saúde, público, filantrópico e privado no âmbito do Sistema
- 171 Único de Saúde SUS;
- 172 XXVI. Estabelecer critérios para elaboração de convênios, acordos e termos aditivos que se
- 173 refiram ao SUS:
- 174 XXVII. Aprovar critérios e valores complementares à tabela nacional de remuneração de
- 175 serviços e os parâmetros de cobertura assistencial, quando necessário, conforme artigo 26 da
- 176 Lei 8.080/90:
- 177 XXVIII. Analisar denúncias, responder consultas sobre assuntos pertinentes à Política Estadual
- 178 de Saúde;
- 179 XXIX. Deliberar sobre planos, programas, projetos e convênios, encaminhados pela Comissão
- 180 Intergestora Bipartite ou outro órgão competente, conforme diretrizes aprovadas pelo Conselho
- 181 Estadual de Saúde do Ceará:
- 182 XXX. Deliberar sobre o Relatório Anual de Gestão do SUS-CE, considerando os dispositivos
- 183 no Plano Estadual de Saúde e em conformidade com os relatórios quadrimestrais;
- 184 XXXI. Realizar anualmente a Plenária Estadual de Conselheiros de Saúde, a ser coordenada
- 185 pelo Conselho Estadual de Saúde do Ceará;
- 186 XXXII. Instituir a Ouvidoria do Conselho Estadual de Saúde do Ceará;
- 187 XXXIII. Implantar, fomentar, acompanhar, e avaliar sistematicamente o funcionamento dos
- 188 Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde, no âmbito das Regiões e Macrorregiões de
- 189 Saúde do Ceará;

- 190 XXXIV. Elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual de
- 191 Saúde, em suas Câmaras Técnicas, Comissões e Fóruns Regionais e Macrorregionais de
- 192 Conselheiros de Saúde do Ceará;
- 193 XXXV. Publicizar permanentemente os atos, Recomendações, Resoluções, Moções,
- 194 documentos propositivos, legislação, Deliberações aprovadas pelo Conselho Estadual de
- 195 Saúde do Ceará;
- 196 XXXVI. Realizar estudos e pesquisas para avaliar sistematicamente a atuação do Cesau e dos
- 197 conselhos de saúde no âmbito dos municípios do Ceará;
- 198 XXXVII. Promover audiências públicas para discutir temas de interesses sociais relativos às
- 199 políticas de saúde;
- 200 XXXVIII. Estimular e apoiar estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área da saúde,
- 201 pertinentes ao desenvolvimento e fortalecimento do Sistema Único de Saúde SUS;
- 202 XXXIX. Deliberar sobre os gastos públicos em saúde com referência as despesas com
- saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades que serão consideradas como
- 204 ações e serviços de saúde na prestação de contas do gestor em conformidade com a LC nº
- 205 141/2012;
- 206 XL. Analisar e monitor os instrumentos de planejamento e gestão do SUS (Plano Estadual de
- 207 Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório Quadrimestrais de Saúde e Relatório de
- 208 Gestão), deliberando sobre as recomendações junto às Câmaras Técnicas e Comissões,
- 209 quando necessário:
- 210 XLI. Elaborar e alterar sempre que necessário o Regimento Interno do Conselho Estadual de
- 211 Saúde do Ceará e de outras normas de funcionamento.
- 213 Seção II
- 214 Da Mesa Diretora
- 215 Art.17. O Conselho Estadual de Saúde do Ceará CESAU terá suas atividades dirigidas por
- 216 uma Mesa Diretora.
- 217

- 218 Art.18. Constitui a Mesa Diretora:
- 219 I. Presidente.
- 220 II. Vice-presidente.
- 221 III. Secretário Geral.
- 222 IV. Secretário Adjunto.
- 223 Parágrafo Único. O Presidente da Mesa Diretora é o Presidente do Conselho Estadual de
- 224 Saúde do Ceará Cesau.
- 225 Art. 19. São atribuições da Mesa Diretora:
- 226 I. Convocar, coordenar e realizar todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do CESAU;
- 227 II. Ser responsável por todos os assuntos econômicos e financeiros do CESAU e submetidos à
- 228 deliberação do Plenário;
- 229 III. Ser responsável pelo encaminhamento de todas as matérias para deliberação e
- 230 recomendação do CESAU, articulando-se com a Secretaria Executiva do Conselho e da
- 231 Secretaria da Saúde/SESA:

- 232 IV. Responsabilizar-se pelo acompanhamento das frequências dos membros nas reuniões do
- 233 CESAU;
- 234 V. Publicizar todas as deliberações, moções e atividades do CESAU;
- 235 VI. Acompanhar o desempenho e funcionamento das Câmaras Técnicas, das Comissões, dos
- 236 Grupos de Trabalhos e dos Fóruns Regionais e Macroregionais do Conselho Estadual de
- 237 Saúde do Ceará;
- 238 VII. Manter contato permanente com as entidades representativas da sociedade civil e órgãos
- 239 integrantes do SUS nas três esferas de Governo;
- VIII. Convidar, solicitar, convocar, quando necessário, a presença de cientistas, especialistas,
- 241 técnicos, funcionários e outros, visando esclarecimento de assuntos, matérias e informações
- 242 atinentes ao Sistema Único de Saúde, nas reuniões do CESAU:
- 243 IX. Receber e distribuir processos para as Câmaras Técnicas, Comissões e Plenário do
- 244 CESAU:
- 245 X. Assinar as Resoluções aprovadas em Plenário;
- 246 XI. Encaminhar documentos, processos ou matérias de assuntos diversos ou específicos para
- 247 serem apreciados pelos Conselhos Municipais de Saúde;
- 248 XII. Receber matérias, processos, denúncias, pareceres, sugestões, dos Conselhos Municipais
- 249 de Saúde, e juntamente com a Secretaria Executiva do CESAU, distribuí-los às Câmaras e
- 250 Comissões competentes para análises e pareceres;
- 251 XIII. Tomar outras providências visando o cumprimento de suas atribuições;
- 252 XIV. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 253 Parágrafo Único. Os assuntos tratados no inciso II deste artigo serão informados ao pleno e
- 254 quando solicitado deverão ser submetidos à apreciação do plenário, cabendo à Secretaria
- 255 Executiva viabilizar as deliberações definidas.
- 256 Art. 20. Compete aos membros da Mesa Diretora:
- 257 § 1°. Compete ao Presidente do CESAU:
- 258 I. Ordenar os Recursos Financeiros e Orçamentários que venham a ser destinados ou
- 259 alocados ao Conselho Estadual de Saúde do Ceará Cesau:
- 260 II. Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Cesau;
- 261 III. Convocar, periodicamente, o Gestor para apresentar em Plenário, de acordo com a
- 262 legislação vigente, o relatório demonstrativo do orçamento físico-financeiro e prestação de
- 263 contas dos recursos destinados ao SUS Ceará, bem como, dos recursos recebidos e saídos
- 264 do Fundo Estadual de Saúde FUNDES;
- 265 IV. Oficializar, sempre que necessário, as comunicações aos membros do Cesau, e às
- 266 entidades/instituições representadas no colegiado;
- 267 V. Receber e encaminhar os processos analisados pelas Câmaras competentes para
- 268 deliberação do Plenário;
- 269 VI. Solicitar ao Secretário(a) Executivo(a) do Cesau, subsídios e assessoramento, visando a
- 270 operacionalização e funcionamento do Cesau;
- VII. Fazer cumprir todas as deliberações do Plenário;
- 272 VIII. Representar o Conselho Estadual de Saúde onde se fizer necessário;
- 273 IX. Manter contato com entidades ou órgãos integrantes do SUS, nas três esferas de governo;

- 274 X. Decidir ad referendum acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de
- 275 consulta ao pleno submetendo seu ato à deliberação do Pleno do Conselho Estadual na
- 276 primeira reunião subsequente ao ato;
- 277 XI. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 278 § 2°. Compete ao Vice-Presidente:
- 279 I. Substituir o Presidente da Mesa Diretora nos seus impedimentos, nas reuniões do Cesau;
- 280 II. Auxiliar o Presidente da Mesa Diretora naquilo que for solicitado;
- 281 III. Acompanhar com o (a) Secretário (a) Executivo do Cesau a realização de todos os
- 282 assuntos técnicos, operacionais, econômicos e financeiros;
- 283 IV. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 284 § 3° Compete o(a) Secretário(a) Geral:
- 285 I. Substituir o Vice-Presidente ou outros membros da Mesa Diretora nos seus impedimentos,
- 286 nas reuniões do Cesau:
- 287 II. Auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa Diretora naquilo que for solicitado;
- 288 III. Responsabilizar-se juntamente com o Secretário(a) Executivo(a) e Apoio Técnico do Cesau
- 289 pelo registro, em atas, das reuniões do Pleno, Câmaras Técnicas e Comissões do Cesau;
- 290 IV. Acompanhar com o (a) Secretário (a) Executivo do CESAU a realização de todos os
- 291 assuntos técnicos, operacionais, administrativos, econômicos, financeiros;
- 292 V. Responsabilizar-se juntamente com o Secretário(a) Executivo(a) e Apoio Técnico do CESAU
- 293 o controle da frequência dos membros do Plenário. Câmaras Técnicas e Comissões:
- 294 VI. Acompanhar, juntamente com o(a) Secretário(a) Executivo(a), a entrada de processos,
- 295 denúncias, encaminhando em tempo hábil para Câmaras Técnicas e Comissões;
- 296 VII. Responsabilizar-se juntamente com o Secretário(a) Executivo(a) e Apoio Técnico do
- 297 Cesau apresentar resumo quadrimestral de todos os processos e matérias ao Plenário do
- 298 *Cesau*:

300

- 299 VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 301 § 4° Compete ao Secretário Adjunto:
- 302 I. Substituir o secretário(a) geral em seus impedimentos, nas reuniões do Cesau, observando o
- 303 que dispõe os itens I a VIII do § 3º deste artigo;
- 304 II. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 306 Seção III
- 307 Da Secretaria Executiva
- 308 Art.21. A Secretaria Executiva é órgão de Assessoria Técnica e Administrativo do Conselho
- 309 Estadual de Saúde do Ceará composta preferencialmente de servidores públicos de nível
- 310 superior e médio vinculados ao Sistema Único de Saúde SUS.
- Parágrafo Único. A Secretaria Executiva está adstrita e tem função suplementar, ao plenário do
- 312 Conselho Estadual de Saúde do Ceará, na execução de suas deliberações.
- 313 Art. 22. São atribuições da Secretaria Executiva:
- 314 I. Acompanhar e contribuir no planejamento, elaboração de estudos, planos, programas,

- relatórios, pareceres técnicos, atas e outras matérias de interesse do Cesau;
- 316 II. Assessorar o Cesau no acompanhamento, controle e avaliação do processo de organização
- 317 do Sistema Único de Saúde, objetivando a municipalização e regionalização das ações e
- 318 serviços, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS;
- 319 III. Receber, encaminhar e acompanhar a Mesa Diretora, Plenário, Câmaras Técnicas,
- 320 Comissões, as demandas enviadas ao colegiado;
- 321 IV. Assessorar o Cesau no controle, monitoramento e avaliação das políticas de saúde;
- 322 V. Assessorar o Cesau e Conselhos Municipais de Saúde CMS por meio das Câmaras
- 323 Técnicas, Comissões e GTs quanto as diretrizes para a reformulação e funcionamento do
- 324 Controle Social no SUS:
- 325 VI. Realizar visitas técnicas para acompanhar o funcionamento dos Conselhos Municipais de
- 326 Saúde CMS;
- 327 VII. Participar, quando convidada, da posse dos Conselhos Municipais de Saúde CMS;
- 328 VIII. Assessorar na organização e execução do planejamento e agenda do Conselho Estadual
- 329 de Saúde do Ceará por meio dos encontros, simpósios, seminários, atividades de grupos,
- 330 conferências, plenárias, atos, audiências públicas e comissões especiais instituídas pelo
- 331 Cesau, bem como, garantir a elaboração das Atas;
- 332 IX. Assessorar e acompanhar as Câmaras Técnicas, Comissões e GTs em assuntos
- 333 pertinentes a apurações de denúncias relacionados a gestão do SUS;
- 334 X. Encaminhar as deliberações do colegiado Estadual quanto aos procedimentos aprovados
- 335 que necessitam de apuração por outros órgãos de controle externo;
- 336 XI. Assessorar o Cesau, na implantação e funcionamento dos Fóruns Regionais e
- 337 Macrorregionais de Conselheiros de Saúde;
- 338 XII. Assessorar o Cesau, na implantação e funcionamento da Ouvidoria do Controle Social;
- 339 XIII. Assessorar os Conselhos Municipais de Saúde CMS, na implantação, implementação e
- 340 funcionamento de Câmaras e Comissões:
- 341 XIV. Participar das reuniões do Plenário do Cesau, com direito a voz;
- 342 XV. Divulgar no Cesau por meio das novas mídias as inovações científicas e tecnológicas na
- 343 área da atenção e vigilância em saúde:
- 344 XVI. Elaborar, quadrimestralmente, relatórios das atividades desenvolvidas pelo Cesau a ser
- 345 apresentado no plenário do Conselho Estadual de Saúde do Ceará;
- 346 XVII. Divulgar e executar as atividades e deliberações do Cesau de interesse do Controle
- 347 Social;
- 348 XVIII. Organizar, estruturar e criar condições logísticas para o pleno funcionamento do Cesau,
- 349 incluindo convites a apresentadores de Temas previamente aprovados, informes, remessas de
- 350 material aos conselheiros e outras providências;
- 351 XIX. Atualizar as informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais de
- 352 Saúde, Fóruns Regionais e Macrorregionais de Conselheiros de Saúde:
- 353 XX. Encaminhar e acompanhar a publicação das Resoluções do Conselho Estadual, bem
- 354 como informar sistematicamente ao Pleno do Cesau a sua implementação;
- 355 XXI. Buscar e viabilizar parcerias para realizar pesquisas e projetos de interesses sociais
- 356 previamente definidos pelo pleno do Cesau;
- 357 XXII. Proceder a convocação dos conselheiros para as reuniões ordinárias e extraordinárias,

- bem como, das câmaras técnicas, das comissões, dos grupos de trabalho, das plenárias, dos
- 359 seminários, dos fóruns, das audiências públicas e de outros eventos realizados pelo Cesau;
- 360 XXIII. Elaborar, disponibilizar e acompanhar a frequência dos conselheiros nas Plenárias,
- 361 Audiências Públicas, Oficinas, Seminários, Cursos de Capacitações, Conferências, Câmaras
- 362 Técnicas. Comissões, Fóruns e Grupo de Trabalho.
- 363 XXIV. Assessorar na definição de critérios para realização e organização das Conferências de
- 364 Saúde, Conferências Temáticas e Plenárias, incluindo as Devolutivas das Conferências;
- 365 XXV. Assessorar na articulação entre o Conselho Nacional de Saúde, Conselhos Municipais de
- 366 Saúde, Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde e Plenárias de Conselhos de Saúde;
- 367 XXVI. Estruturar e monitorar o Site Institucional e Mídias Sociais do Conselho Estadual de
- 368 Saúde Cesau:
- 369 XXVII. Promover a publicização das Resoluções, Recomendações e Pareceres emanados
- 370 pelas Câmaras, Comissões e Plenário do Cesau;
- 371 XXVIII. Subsidiar a comunicação entre os Conselhos de Saúde;
- 372 XXIX. Coordenar a edição mensal de um boletim informativo das atividades do Cesau.
- 373 XXX. Responsabilizar-se juntamente com a Mesa Diretora pela divulgação e articulação para a
- 374 realização de Fóruns, Plenárias, Conferências e demais eventos que se refiram ao Controle
- 375 Social do SUS.
- 376 Art. 23. São atribuições do Serviço Administrativo da Secretaria Executiva do Cesau:
- 377 I. Acompanhar, e dar suporte, as reuniões de Plenárias, Audiências Públicas do Cesau,
- 378 Oficinas, Seminários, Cursos de Capacitações, Conferências, Mesa Diretora, Câmaras
- 379 Técnicas, Comissões, Fóruns e Grupos de Trabalho,
- 380 II. Participar das reuniões no Plenário do Cesau, com direito a voz:
- 381 III. Preparar, antecipadamente, material necessário as reuniões de Plenárias, Audiências
- 382 Públicas do Cesau, Oficinas, Seminários, Cursos de Capacitações, Conferências, Mesa
- 383 Diretora, Câmaras Técnicas, Comissões, Fóruns e Grupos de Trabalho e demais eventos;
- 384 IV. Providenciar registro das atas das reuniões do Cesau;
- 385 V. Organizar Encontros, Simpósios, Conferências, Fóruns, Plenárias e demais eventos de
- 386 responsabilidade do Cesau, desde que tenha orçamento e aprovado pelo pleno:
- 387 VI. Receber, protocolar, tramitar, organizar, catalogar e arquivar os documentos de interesse do
- 388 Cesau;
- 389 VII. Convocar os conselheiros para as reuniões e eventos do Cesau.
- 390 Art. 24. São atribuições do (a) Secretário (a) Executivo (a):
- 391 I. Executar os atos de gestão técnica e administrativa necessários ao desempenho das
- 392 atividades do Cesau, Plenário, Mesa Diretora, Câmaras Técnicas, Comissões, Plenárias,
- 393 Audiências Públicas do CESAU, Oficinas, Seminários, Cursos de Capacitações, Conferências,
- 394 Fóruns Macrorregionais e Regionais e Grupos de Trabalho;
- 395 II. Participar das reuniões, no Plenário, Mesa Diretora, Câmaras Técnicas, Comissões,
- 396 Plenárias, Audiências Públicas do CESAU, Oficinas, Seminários, Cursos de Capacitações,
- 397 Conferências, Fóruns Macrorregionais e Regionais e Grupos de Trabalho com direito a voz;
- 398 III. Despachar com a Mesa Diretora e/ou Membro da Mesa demandas e demais assuntos
- 399 pertinentes ao Conselho, no prazo de até 10 dias, bem como encaminhar as respectivas
- 400 demandas as áreas e/ou técnicos responsáveis com prazo de até 5 dias:

- 401 IV. Encaminhar as demandas manifestadas pelos conselheiros de saúde, movimentos sociais,
- 402 usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviço, gestores e lideranças politicas;
- 403 V. Encaminhar à Mesa Diretora Pareceres e Recomendações das Câmaras Técnicas e
- 404 Comissões, Planejamento e Relatório Anual das atividades do Cesau;
- 405 VI. Requerer e acompanhar as publicações das Moções, Resoluções do Plenário do Cesau;
- 406 VII. Monitorar o envio das convocações e mobilizações dos conselheiros de saúde para as
- 407 reuniões do Plenário, Mesa Diretora, Câmaras Técnicas, Comissões, Plenárias, Audiências
- 408 Públicas do CESAU, Oficinas, Seminários, Cursos de Capacitações, Conferências, Fóruns
- 409 Macrorregional e Regionais e Grupo de Trabalho;
- VIII. Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pela Mesa Diretora do Cesau assim
- 411 como pelo Plenário;
- 412 IX. Delegar atividades aos Assessores Técnicos.
- 413 X. Indicar técnicos para assessorar as Comissões, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e
- 414 demais atividades do Cesau.
- 415 XI. Cumprir e fazer cumprir os dispostos deste Regimento.
- 417 Seção IV

- 418 Das Câmaras Técnicas
- 419 Art. 25. As Câmaras Técnicas criadas pela Resolução Nº 2, de 28 de maio de 2001 são
- 420 espaços de estudo de matérias e elaboração, pelos seus membros, de pareceres,
- 421 recomendações e moções à serem submetidos ao Plenário do Cesau.
- 422 Art. 26 As Câmaras Técnicas serão compostas por conselheiros titulares e suplentes,
- 423 conforme sua disponibilidade e interesse, respeitando a paridade de 50% usuários, 25% de
- 424 trabalhadores e 25% gestores e prestador.
- 425 § 1º. As Câmaras Técnicas terão um coordenador, eleito entre seus membros, para conduzir
- 426 as atividades.
- 427 § 2°. As Câmaras Técnicas não poderão ter o número de membros superior a 50% do número
- 428 de conselheiros titulares do Cesau.
- 429 § 3°. Cada Câmara Técnica contará com a assessoria de dois técnicos da Secretaria Executiva
- 430 do CESAU, indicado pelo (a) Secretário (a) Executivo (a), conforme especificidade da Câmara.
- 431 § 4°. Havendo um número de interessados maior que o número de vagas ofertadas numa
- 432 mesma câmara, terá prioridade no assento aquele conselheiro que não tiver participação em
- 433 nenhuma outra câmara.
- 434 § 5°. Ocorrerá substituição do membro da câmara técnica que deixar de comparecer a 03
- 435 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões intercaladas no período de 01 (um) ano
- 436 civil, sem apresentar justificativa.
- 437 Art. 27. As Câmaras Técnicas terão um prazo máximo de 30 dias para encaminhar ao Plenário
- 438 suas Recomendações. Pareceres ou sugestões sobre as demandas recebidas.
- 439 Art. 28. Apreciar o Plano Estadual de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatórios
- 440 Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará:
- 441 Art.29. Articular-se com Secretaria Executiva, Mesa Diretora, demais Câmaras Técnicas e
- Comissões do CESAU quando necessário, para analisar e enviar Recomendações ao Plenário
- 443 do Cesau.

- 444 Art 30. Articular-se com as assessorias da SESA, das instituições governamentais e não
- 445 governamentais na análise das propostas dos Planos, Programas, Projetos e outras matérias
- 446 de interesse do Sistema Único de Saúde SUS em tramitação no Cesau.
- 447 Art 31. Colaborar na proposta de formulação e execução do Plano de Ação do Cesau;
- 448 Art.32. São atribuições da Câmara Técnica de Acompanhamento da Regionalização da
- 449 Assistência no SUS- Ceará CANOAS:
- 450 I. Analisar previamente e acompanhar sistematicamente a execução e desempenho das
- 451 propostas, dos planos, programas, projetos e outras matérias de interesse do Sistema Único
- 452 de Saúde SUS e enviar recomendações ao Plenário do Cesau;
- 453 II. Colaborar na proposta de formulação, execução e acompanhamento do Plano de Ação do
- 454 Cesau;
- 455 III. Acompanhar os compromissos do Pacto pela Vida e de Gestão Estadual e Municipal, a
- 456 Programação Geral das Ações e Serviço de Saúde PGASS e Programação Pactuada
- 457 Integrada PPI:
- 458 IV. Monitorar o Termo de Compromisso de Gestão Estadual e Municipal e seus indicadores e
- 459 encaminhar as recomendações ao Plenário do Conselho Estadual de Saúde Cesau;
- 460 V. Acompanhar manifestações referentes ao descumprimento dos Termos de Compromisso do
- 461 Pacto pela Vida e de Gestão Estadual e Municipal, a Programação Geral das Ações e Serviço
- 462 de Saúde PGASS, encaminhando as recomendações ao Plenário do Conselho Estadual de
- 463 Saúde e Programação Pactuada Integrada PPI;
- 464 VI. Acompanhar e monitorar a regionalização do estado do Ceará a partir do processo de
- 465 desenvolvimento e implementação do Plano Regional Integrado PRI.
- 466 Art. 33. São atribuições da Câmara Técnica de Orçamento e Finanças:
- 467 I. Manter articulação permanente com a Comissão de Saúde e Orçamento da Assembleia
- 468 Legislativa, Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, e Junta Deliberativa do Fundo
- 469 Estadual de Saúde FUNDES:
- 470 II. Representar o Cesau na Junta Deliberativa do Fundo Estadual de Saúde FUNDES;
- 471 III. Avaliar quadrimestralmente a prestação de contas da gestão estadual, em relatório
- 472 detalhado contendo dentre outros, andamento da agenda de saúde pactuada, relatório de
- 473 gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos do tesouro estadual, as
- 474 auditorias iniciadas ou concluídas no período, bem como a oferta e produção de serviços da
- 475 rede assistencial própria conforme Protocolo de Compromisso Entre Entes Públicos PCEP,
- 476 contratada ou conveniada;
- 477 IV. Participar da Audiência Pública na Assembleia Legislativa para análise e ampla divulgação
- 478 do relatório quadrimestral da gestão estadual;
- 479 V. Avaliar previamente as propostas orçamentárias integrantes dos planos, programas,
- 480 projetos e outras matérias de interesse e apresentar recomendações ao Plenário do Cesau;
- 481 VI. Analisar previamente a proposta orçamentária, e respectivo Plano de Ação do Cesau, bem
- 482 como, aquelas relativas ao fortalecimento do Controle Social e Institucional do SUS;
- 483 VII. Articular as instituições do executivo, as instituições formadoras proponentes e executores
- 484 dos planos e projetos no âmbito da saúde e da educação permanente em saúde para dirimir
- 485 dúvidas e encaminhar as devidas recomendações sobre os projetos em análise enviando
- 486 posteriormente as recomendações ao plenário do Cesau;
- 487 VIII. Acompanhar e analisar o orçamento das politicas de saúde do Estado e enviar parecer ao
- 488 Plenário do Conselho;

- 489 IX. Apreciar quadrimestral a execução do Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Saúde e
- 490 enviar parecer ao Plenário do Conselho;
- 491 X. Apreciar Relatório Anual de Gestão RAG da Secretária da Saúde no que se refere ao
- 492 orçamento e enviar parecer ao Plenário do Conselho;
- 493 Art. 34. São atribuições da Câmara Técnica de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
- 494 I. Manter articulação permanente com a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS;
- 495 II. Colaborar com a Coordenadoria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
- 496 CGTES/SESA na formulação e apreciação das Diretrizes da Política Estadual da Educação
- 497 Permanente em Saúde e apresentar recomendações ao CESAU;
- 498 III. Colaborar com a CGTES/SESA e Mesa Estadual na discussão e apreciação do Plano de
- 499 Cargos, Carreira e Salários PCCS e apresentar recomendações ao CESAU;
- 500 IV. Colaborar com a CGTES/SESA e Mesa Estadual de Negociação Permanente na discussão
- 501 e apreciação de sugestões na gestão do trabalho no âmbito do Estado;
- 502 V. Articular com a Coordenadoria de Gestão de Trabalho e Educação em Saúde -
- 503 CGTES/SESA, instituições formadoras proponentes e executoras dos planos, programas,
- 504 projetos e outras matérias no âmbito da Política de Educação Permanente em Saúde, para
- 505 definir responsabilidades e acompanhar, e apresentar as recomendações ao plenário do
- 506 CESAU;
- 507 VI. Acompanhar e avaliar sistematicamente a execução e desempenho dos planos, programas,
- 508 projetos e outras matérias no âmbito da Política de Educação Permanente em Saúde, Politica
- 509 de Educação Popular em Saúde, Politica de Educação para o Controle Social do SUS, Politica
- 510 de Residências em Saúde e apresentar as recomendações ao plenário do CESAU;
- VII. Dar suporte ao Plenário do CESAU no debate de matérias, denúncias e pareceres, que
- 512 envolvam problemas com servidores e profissionais em regime especial, em caso que ocorra
- 513 infração do Estatuto dos Servidores ou ao Regime Jurídico do Estado do Ceará
- VIII. Colaborar com o CGTES/SESA e Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, na
- articulação e estudos visando o aperfeiçoamento das políticas, planos, programas e ações no
- 316 âmbito da gestão do trabalho no SUS;
- 517 Art. 35. São atribuições da Câmara Técnica de Vigilância em Saúde CTVS
- 518 I. A Câmara Técnica de Vigilância em Saúde terá composição, objetivos, processo de
- 519 avaliação e plano de trabalho apreciados e aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde -
- 520 Cesau, e deve analisar as políticas e os programas da Vigilância em Saúde, bem como
- 521 acompanhar a sua implementação e atuação, emitir pareceres e relatórios para subsidiar o
- 522 posicionamento do Pleno do Cesau;
- 523 II. Acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações e informações dos serviços de
- 524 vigilância em saúde prestados à população, pela Coordenadoria de Vigilância em Saúde -
- 525 COVIG (epidemiológica, imunização, saúde do trabalhador, meio ambiente, vigilância sanitária,
- 526 controle vetorial, Núcleo de informação em saúde);
- 527 III. Monitorar e acompanhar os relatórios quadrimestrais e anuais das ações de controle de
- 528 doenças transmissíveis, fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não
- 529 transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador, no âmbito das coordenações da SESA/CE.;
- 530 IV. Propor diretrizes para a formulação da Política Estadual de Vigilância em Saúde e o
- fortalecimento de ações de promoção e proteção da saúde, fatores de risco e intervenções;
- 532 V. Articular políticas, programas de interesse da saúde, compreendidas no âmbito do SUS.
- 533 com atribuições de natureza conclusiva e de assessoramento às vigilâncias e o controle das

- 534 doenças transmissíveis; das doenças e agravos não-transmissíveis; da situação de saúde,
- vigilância ambiental em saúde, vigilância da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária;
- 536 VI. Participar na formulação de estratégias e no controle da execução da política e das ações
- 537 desenvolvidas pela Coordenadoria de Vigilância em Saúde COVIG/SESA e todas as suas
- 538 áreas técnicas: Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Núcleo de Controle de Vetores,
- 539 Núcleo de Vigilância Ambiental, Núcleo de Prevenção e Controle de Doenças e Agravos;
- 540 VII. Solicitar à apresentação do Plano de Ação da COVIG e das áreas a ela subordinadas, para
- 541 conhecimento, análise e avaliação das diretrizes e metas estabelecidas em cada área;
- 542 VIII. Acompanhar junto a Vigilância Sanitária as informações sistemáticas dos insumos
- 543 retirados do mercado, bem como os alvarás e laudos de inspeção sanitárias aplicadas nos
- 544 estabelecimentos de Rede de Saúde do Estado do Ceará e das unidades hospitalares que
- recebem recursos do fundo estadual de saúde;
- 546 IX. Acompanhar a implantação das Comissões de Controle de Infecções Hospitalares CCIH,
- 547 Núcleo de Segurança do Paciente NSP e Rede Sentinela nas Unidades da Rede Estadual de
- 548 Saúde e demais unidades filantrópicas e privadas que recebem recursos do fundo estadual de
- 549 saúde:
- 550 X. Acompanhar a criação e a organização da Comissão Serviço Especializado em Engenharia
- 551 de Segurança e em Medicina do Trabalho SESMT e da Comissão Interna de Prevenção a
- Acidentes CIPA, nos estabelecimentos da Rede Estadual de Saúde e demais instituições de
- 553 saúde filantrópicas e particulares que recebem recursos do fundo estadual de saúde no que
- 554 atenda a NR4 e NR5 norma regulamentadora 4 e 5, objetivando o estudo do ambiente, das
- 555 condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo, metodologia de
- 556 investigação e análise de acidentes e doenças do trabalho, noções sobre acidentes e doenças
- 557 do trabalho decorrentes de exposição aos riscos existentes nasbre a Síndrome da
- 558 Imunodeficiência Adquirida AIDS, e medidas de prevenção, noções sobre as legislações
- 559 trabalhista e previdenciária relativas à segurança e saúde no trabalho, princípios gerais de
- 560 higiene do trabalho e de medidas de controle dos riscos e outros assuntos necessários ao
- 561 exercício das atribuições da Comissão;
- 562 XI. Acompanhar e assessorar nos Conselhos Municipais de Saúde da criação e planejamento
- 563 de trabalho das comissões e/ou Câmaras Técnicas de Vigilância em saúde;
- 564 XII. Acompanhar os objetivos e a efetivação do modelo de atenção à saúde focada no
- 565 levantamento e monitoramento de dados pela vigilância em saúde para prevenção e proteção
- 566 da saúde, no intuito de propor discussões e avaliação pelo Conselho Estadual de Saúde das
- 567 alterações, bem como as estratégias para que o controle social desenvolva, de forma
- 568 permanentes estratégias de garantia de acesso à assistência à saúde nas condições e direitos
- 569 previstos na Constituição Federal de 1988;
- 570 XIII. Os integrantes da CTVS se reunirão periodicamente, de acordo com o calendário de
- 571 reuniões ordinárias a ser definido na primeira reunião da CTVS aprovado pelo Pleno do Cesau;
- 572 XIV Acompanhar os Planos de ações da Vigilância em Saúde no âmbito das 22ª
- 573 Coordenadorias Regionais de Saúde CRES, como instrumentos de monitoramento e
- 574 acompanhamento dos Planos Diretores Regionais Integrados PDRI, comunicação social,
- 575 saúde e integração com os conselhos municipais de saúde, visando superar vulnerabilidades e
- 576 os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes;
- 577 XV. Acompanhar e colaborar para a lógica da organização e o funcionamento das redes de
- 578 atenção e promoção à saúde, articulando as relações entre os componentes das redes e as
- 579 intervenções sanitárias, definido em função da visão prevalecente da saúde, as situações de
- saúde e demográfica vigentes em determinado tempo e em determinada sociedade;

- 581 XVI. Apresentação, Monitoramento e acompanhamento integrado pelos gestores das áreas
- 582 técnicas da SESA das metas pactuadas de vigilância em saúde na programação anual de
- 583 saúde PAS, objetivando organizar e entender os serviços de saúde para promoção e
- 584 prevenção aos agravos e doenças com o acompanhamento dos casos, aplicação de medidas
- 585 de controle, qualificadas e oportunas, com o alcance em 100% das metas, melhorando a
- 586 qualidade de saúde da comunidade;
- 587 XVII. Solicitar e analisar os relatórios, no todo ou em parte, de todas as ações e serviços de
- Vigilância em saúde no âmbito das coordenações da SESA e 22ªCRES;
- 589 XVIII. Os casos omissos serão encaminhados ao Pleno do Conselho Estadual de Saúde –
- 590 Cesau para resoluções e encaminhamentos;
- 591 XIX. Manter articulações permanentes com os Centros de Referências de Saúde do
- 592 Trabalhador CEREST Estadual e Regionais e respectivos Conselhos Gestores e Comissão
- 593 Intersetorial de Saúde do Trabalhador CIST;
- 594 XX. Acompanhar e avaliar sistematicamente a execução e desempenho dos planos e projetos
- 595 transitados na SESA e CERESTT's, no âmbito da Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente;
- 596 XXI. Articular-se com as Coordenadorias e Assessorias da SESA, Centros de Referências de
- 597 Saúde do Trabalhador CEREST Estaduais e Regionais e respectivos Conselhos Gestores e
- 598 Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador CIST, e instituições governamentais e não
- 599 governamentais no processo de análise e projetos em tramitação no Cesau, no âmbito de
- 600 Saúde do Trabalhador e do Meio Ambiente.
- 601 Seção V
- 02 Das Comissões Intersetoriais, Permanentes e Grupos de Trabalhos
- 603 Art. 36. As Comissões Intersetoriais, Permanentes e Grupos de Trabalho terão a finalidade de
- 604 articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas
- 605 compreendidas no âmbito da Gestão Estadual do Sistema Único de Saúde SUS.
- 606 § 1º. As Comissões Intersetoriais Permanentes e Grupos de Trabalho, não serão paritários,
- 607 salvo quando da participação de conselheiros, estes respeitarão a paridade de 50% usuários,
- 608 25% de trabalhadores e 25% gestores e prestadores.
- 609 § 2°. Será substituído o membro da Comissão que faltar, sem justificativa, a três reuniões
- 610 consecutivas ou cinco intercaladas no período de um ano. A Secretaria Executiva comunicará
- 611 ao plenário para providenciar a substituição.
- § 3°. As Comissões Intersetoriais permanentes e Grupos de Trabalho terão um coordenador
- 613 conselheiro, eleito entre seus membros, para conduzir as atividades.
- 614 § 4°. As Comissões Intersetoriais; Permanentes e Grupos de Trabalho não poderão ter o
- 615 número de membros superior a 50% do número de conselheiros titulares do CESAU
- 616 § 5°. As Comissões Intersetoriais; Permanentes e Grupos de Trabalho contarão com a
- 617 assessoria de técnico(s) da Secretaria Executiva do CESAU, designado pela Secretaria
- 618 Executiva.
- 619 § 6°. Havendo um número de interessados maior que o número de vagas ofertadas numa
- 620 mesma Comissão, terá prioridade no assento aquele membro que não tiver participação em
- 621 nenhuma outra Comissão.
- 622 § 7°. Não poderão participar das Comissões Intersetoriais; Permanentes os ex-conselheiros
- 623 que estiverem no seu período de interstício.
- 624 Art. 37. Grupos de Trabalho Os Grupos de Trabalho de caráter temporário, subordinados ao
- 625 Conselho Estadual de Saúde, compostos por no mínimo 6 (seis) membros, conselheiros e

- outros, terão por finalidade fornecer subsídios sobre o tema sugerido pelo Plenário.
- 627 Art 38. A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão
- 628 escolhidos em pleno e definidos em resolução específica, produtos, prazo e aspecto que
- 629 identifiquem a sua natureza.
- 630 Art. 39. Os locais de reunião das comissões e grupos de trabalho serão definidos segundo
- 631 critérios adotados pelo Plenário do Conselho Estadual de Saúde
- 632 Art. 40. Compete aos coordenadores dos grupos de trabalhos apresentar relatório e sugestões
- 633 a Câmara Técnica responsável sobre a matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado,
- 634 acompanhado de todos os documentos necessários.
- 635 Parágrafo Único As Comissões Intersetoriais, comissões permanentes e os grupos de
- 636 trabalho de que trata este Regimento contarão com membros do Cesau, aprovados pelo
- 637 Plenário, estes respeitando a paridade de 50% usuários, 25% de trabalhadores e 25%
- 638 gestores e prestadores.
- 639 Seção VI
- 640 Das Comissões Intersetoriais
- 641 Art. 41. As Comissões Intersetoriais de caráter permanente integram a estrutura do Conselho
- 642 Estadual de Saúde do Ceará com objetivo de ampliar a participação de sujeitos sociais,
- 643 instituições e entidades com atuação no campo da saúde e demais áreas sociais com
- 644 repercussão nos determinantes sociais da saúde.
- 645 Art. 42. São Comissões Intersetoriais de caráter permanente de âmbito estadual integrantes do
- 646 Conselho Estadual de Saúde do Ceará:
- 647 I. Comissão Intersetorial em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora CISTT;
- 648 II. Comissão Intersetorial de Saúde Mental CISM:
- 649 Art.43. São atribuições das Comissões Intersetoriais:
- 650 I. Realizar reuniões ordinárias mensalmente e extraordinárias quando necessário:
- 651 II. Manter articulação com Secretaria Executiva, Mesa Diretora, Câmaras Técnicas e demais
- 652 Comissões, para analisar e enviar recomendações ao plenário do Cesau;
- 653 III. Articular-se com as assessorias da SESA, das instituições governamentais e não
- 654 governamentais na análise das propostas dos planos, programas, projetos e outras matérias
- 655 de interesse do Sistema Único de Saúde SUS em tramitação no Cesau;
- 656 Art.44. São atribuições da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora -
- 657 CISTT:
- 658 I. Acompanhar e avaliar o processo de implantação e implementação da Política de Saúde do
- 659 Trabalhador e da Trabalhadora;
- 660 II. Acompanhar a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador RENAST e os Centros de
- Referências em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora CERESTT;
- 662 III. Acompanhar e fiscalizar as ações e aplicação dos recursos da RENAST e nos Centros de
- 663 Referências em Saúde do Trabalhador e Trabalhadora CERESTT;
- 664 IV. Apoiar o Conselho Estadual de Saúde na realização de Conferências e Plenárias de
- 665 Devolução de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- 666 V. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 667 Art.45 A CISTT tem sua composição formada por entidades de representação estadual de
- 668 trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos: Gestor, Prestador, Profissionais Trabalhadores

- 669 da Saúde e Trabalhadores Usuários.
- 670 Art.46. São atribuições da Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM:
- 671 I. Promover discussões de temas, propostas e estratégias para subsidiar a formulação, o
- 672 acompanhamento e avaliação para o Controle Social das políticas na área de Saúde Mental:
- 673 II. Contribuir com a deliberação, acompanhamento, monitoramento e o controle da aplicação
- 674 dos recursos financeiros, humanos e materiais destinados às acões e servicos na Rede de
- 675 Atenção da Saúde Mental - RAPS;
- 676 III. Participar das discussões sobre propostas de diretrizes, metas, indicadores e estratégias da
- 677 politica de saúde mental na elaboração do Plano Estadual de Saúde;
- 678 IV. Articular com os órgãos públicos, movimentos sociais, movimentos da luta antimanicomial e
- 679 da sociedade nos debates sobre o monitoramento, acompanhamento, execução e avaliação
- 680 das políticas de Saúde Mental e da implementação Rede de Atenção Psicossocial - RAPS;
- 681 V. Contribuir com os Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde, Conselhos Municipais de
- 682 Saúde. Conselhos Gestores dos Centros de Atenção Psicossocial. Conselhos Locais de
- 683 Saúde, Conselhos Locais de Saúde Mental, Conselhos Municipais e Estadual de Políticas
- 684 sobre Drogas no debate sobre a politica de saúde mental e a Rede de Atenção Psicossocial –
- 685 RAPS:
- 686 VI. Apoiar e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial e a Política de Atenção Integral aos
- 687 Usuários de Álcool e Outras Drogas, com ênfase na redução de danos;
- 688 VII. Fiscalizar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e outros espaços que atuam com
- 689 pessoas em sofrimento psíquico, mediante ações em conjunto com entidades fiscalizadoras
- 690 nos termos da legislação vigente:
- 691 VIII. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 692 Art. 47. São atribuições da Comissão Intersetorial da Saúde da Mulher – CISMU: I. Subsidiar o
- 693 Conselho Estadual de Saúde na avaliação e monitoramento das políticas públicas para mulher,
- 694 e nas questões específicas da saúde das mulheres em sua interface com as demais políticas
- 695 de saúde; II. Apoiar a mobilização dos Conselhos Municipais de Saúde na constituição de
- 696 Comissões Intersetoriais de Saúde da Mulher no âmbito destes conselhos; III. Fortalecer o
- 697 controle social sobre as ações e serviços de saúde prestados às mulheres, do Estado do
- Ceará, no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS; IV. Acompanhar e fiscalizar uma política 698
- 699 de saúde para as mulheres que respeite os direitos humanos, direitos sexuais, direitos
- 700 reprodutivos ou não e sua autonomia como cidadãs; V. Fiscalizar e acompanhar os programas
- 701 governamentais relativos à proteção dos direitos da mulher nas políticas públicas de saúde; VI.
- 702 Monitorar a saúde materno-infantil e neonatal, dos programas de apoio a mulheres em estado
- 703 puerperal, em especial nas regiões mais carentes, nos territórios indígenas e quilombolas do
- Estado, respeitando suas origens e culturas; VII. Incentivar e monitorar os programas de 704
- 705 prevenção e de enfrentamento do câncer do útero, do colo do útero, do ovário e de mama,
- respeitando o Decreto nº 5296/2004, acessibilidade; VIII Incentivar e monitorar as ações 706
- 707 desenvolvidas pela RAPS para as mulheres e mães de usuários do serviço, bem como
- 708 mulheres em situação de vulnerabilidade;
- 709 IX. Incentivar e monitorar ações e serviços para mulher trabalhadora;
- 710 X. Incentivar e monitorar os programas relativos à prevenção e ao combate à violência e à
- 711 exploração sexual de crianças e de adolescentes do sexo feminino;
- 712 XI. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 713 Art. 48. São atribuições da Comissão Intersetorial da Pessoa com Deficiência e Patologias:
- 714 I. Auxiliar a articulação entre os componentes de atenção à saúde;

- 715 II. Estabelecer e regular os fluxos assistenciais;
- 716 III. Desenvolver estratégias que viabilizem a educação permanente entre os pontos de
- 717 atenção;
- 718 IV. Construir mecanismos que apresentem informações epidemiológicas da sua região de
- 719 abrangência;
- 720 V. Promover ações intersetoriais com vistas à inclusão da pessoa com deficiência.
- 721 VI. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 722 Art. 49. São atribuições da Comissão Intersetorial da Diversidade dos Sujeitos no SUS -
- 723 **CDSUS**:
- 724 I. Manter articulação permanente com o Pleno do CESAU;
- 725 II. Realizar mensalmente reuniões ordinárias e extraordinárias quando necessário:
- 726 III. Incentivar a inserção da temática de acolhimento que contemple a diversidade e as
- 727 especificidades da população cearense nas Políticas Públicas Estadual de Saúde e
- 728 Humanização, tais como: Comunidades do Movimento Negro e Quilombola, Lésbicas, Gays,
- 729 Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersex (LGBTI), comunidades de
- 730 Religiões de Matriz Africana, Ciganos, Comunidades Indígenas, Movimento Estadual da
- 731 População de Rua, Povos do Campo, da Floresta e das Águas, Adolescentes e Jovens e
- 732 outros;
- 733 IV. Promover estudos no sentido de intensificar a intersetorialidade das ações e a
- 734 transversalidade da atenção à saúde para os diversos sujeitos sociais;
- 735 V. Apoiar os Conselhos Municipais de Saúde na definição de diretrizes e estratégias para
- 736 inclusão das Comissões da Diversidade dos Sujeitos:
- 737 VI. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 738 Seção VII
- 739 Das Comissões Permanentes
- 740 Art. 50. As Comissões Permanentes do Conselho Estadual de Saúde do Ceará Cesau, serão
- 741 compostas por conselheiros de saúde.
- 742 I. Comissão de Comunicação;
- 743 Art. 51. São atribuições da Comissão de Comunicação:
- 744 I. Apoiar a criação e o funcionamento das Comissões de Comunicação dos Conselhos
- 745 Municipais de Saúde:
- 746 II. Apoiar processos de educação em comunicação para as Comissões de Comunicação dos
- 747 Conselhos Municipais de Saúde:
- 748 III. Monitorar a execução dos planos de ação das Comissões de Comunicação dos Conselhos
- 749 de Saúde:
- 750 IV. Fomentar a inserção de novas mídias e canais de comunicação entre as Comissões de
- 751 Comunicação e entre os conselhos municipais de saúde e o Cesau;
- 752 V. Colaborar com a agenda interna e externa de eventos do Conselho Estadual de Saúde;
- 753 VI. Colaborar com a proposta de formulação e execução do Plano de Ação do CESAU;
- 754 VII. Apoiar e divulgar as ações de Comunicação e Saúde do Cesau;
- 755 VIII. Manter articulação permanente com a Mesa Diretora do Cesau;

- 756 IX. Cumprir e fazer cumprir este Regimento.
- 757 Seção VIII
- 758 Dos Fóruns de Conselheiros
- 759 Art. 52. Os Fóruns de Conselheiros de Saúde são constituídos nas Regiões de Saúde e
- 760 integrantes da estrutura do Conselho Estadual de Saúde do Ceará Cesau.
- 761 Art.53. Os Fóruns de Conselheiros de Saúde, constituem-se em espaços democráticos com o
- objetivo de manter a articulação e informação entre si e a sociedade em geral, com a finalidade
- 763 de promover o pleno exercício do controle social sobre as políticas públicas, implementadas no
- 764 âmbito dos municípios, macrorregiões e Regiões de Saúde correspondente.
- 765 Paragrafo Único. A organização, funcionamento e atribuição dos fóruns regionais de
- 766 conselheiros, será disciplinado no regimento interno dos fóruns.
- 767 Art.54. O Conselho Estadual de Saúde do Ceará, articula, fomenta e coordena os Fóruns de
- 768 Conselheiros de Saúde no âmbito das Regiões de Saúde.
- 769 Art.55. A estrutura básica do Fórum Regional de Conselheiros de Saúde, compreende:
- 770 I. Plenário.
- 771 II. Mesa Coordenadora.
- 772 Art. 56. Cada Fórum Regional de Conselheiros de Saúde contará com o apoio de um 773 secretário(a) executivo(a) designado(a) pelo(a) Coordenador(a) da CRES correspondente.
- 774 Após o encerramento da apresentação com as devidas correções a Conselheira Maria Irene
- 775 Filha de Sousa solicitou a contagem de votos. A Conselheira Davyane Farias Correia
- 776 solicitou clareza nas deliberações do pleno. O **Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa**
- 777 informou que estava acordado desde a última reunião do Pleno que o quórum é para dar início
- 778 a reunião e após instaurada a reunião continua. O Conselheiro Asevedo Quirino de Sousa
- 779 solicitou que em respeito aos conselheiros que ficaram até o momento, solicitou uma
- 780 compreensão da conselheira Maria Irene Filha de Sousa. A Conselheira Maria Irene Filha
- 781 **de Sousa** solicitou que constasse em ATA a necessidade de providências sobre a ausência de
- 782 conselheiros no período da tarde nas reuniões do Pleno. Retirou a contagem de votos, e que a
- 783 mesma se abstêm de votar. O **Presidente Pedro Alves de Araújo Filho** põe em votação o
- 784 Organograma da SESA e suas *Atribuições e Competência, APROVADO com 14 votos*
- 785 favoráveis, nenhum voto contrário e 1 abstenção. O Presidente Pedro Alves de Araújo
- 786 Filho solicitou que após as correções que foram feitas fosse encaminhado para o CESAU.
- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião a qual FOI GRAVADA e após
- 788 submetida à Secretária Executiva para leitura, análises, correções e à Plenária para
- 700 Submotida a Scoretaria Excountra para lottaria, analiscos, corresposo e a Fiornata para
- 789 aprovação onde ficará disponível nos arquivos do Conselho Estadual de Saúde do Ceará –
- 790 CESAU, para fins de provas, pesquisas e como documento. Fortaleza, 04 de Novembro de
- 791 2019.
- 792 José Hibiss Farias Ribeiro (Secretário Executivo Interino)
- 793 Francisco Rodrigues Soares Filho (Apoio)\_\_\_\_\_\_
- 794 Francisco Edson Farias Lima (Estagiário)